

Nelson contesta as críticas de Sarney

O presidente do Senado, Nelson Carneiro (PMDB-RJ), afirmou ontem que "o Congresso não aceita a censura" do Presidente da República que o acusou, no programa radiofônico **Conversa ao Pé do Rádio**, de estar prejudicando os que ganham salário mínimo e os aposentados, além de impedir o combate ao déficit público.

Nelson Carneiro acentuou que o Executivo, que antes tinha poderes imperiais, ainda não entendeu integralmente as novas atribuições do Legislativo e frisou que os poderes são harmônicos, mas independentes. "O Congresso compreende o apelo do Executivo, mas cumprirá seu dever", disse.

PREVIDENCIA

A crítica do Presidente da República ocorreu porque o Congresso está reagindo às alterações nas aliquotas da Previdência Social e à desvinculação das aposentadorias do salário mínimo. O Governo entende que os pensionistas e aposentados pela Previdência devem ter seus vencimentos reajustados pelo IPC, que mede a inflação oficial, enquanto o Congresso quer mantê-la vinculada ao salário mínimo.

O senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), ex-ministro da Previdência Social, acha que as dificuldades nessa área são de natureza diversa. O pagamento das quotas do Estado e de órgãos oficiais raramente é feito, o que dificulta o equilíbrio orçamentário. É preciso realmente alienar imóveis mal utilizados. Como ministro da Previdência, mandou fazer um

levantamento a respeito e verificou que constavam do patrimônio até campos de futebol, cemitérios, igrejas e outros imóveis semelhantes. Os aluguéis são quase sempre irrisórios e a administração fica até mais cara.

O atual Governo recebeu esse levantamento e analisou o que, a seu ver, deveria ser vendido, porém não tomou conhecimento e não fez qualquer alienação. Depois de salientar que está tem de ser precedida de cautelas, Passarinho ressalta que a fraude existe e a vigilância tem de ser permanente, mesmo porque não é fácil impedi-la.

O presidente do Senado, Nelson Carneiro, que é o do Congresso fez, ontem, a seguinte declaração oficial:

"Os poderes da República são, por definição constitucional, harmônicos e independentes entre si. O Executivo propõe medidas que o Legislativo aprova ou não. A Constituição de 1988 confere ao Congresso atribuições que não constavam de textos anteriores, que por isso mesmo ainda não foram integralmente entendidas pelo Executivo, até pouco titular de poderes imperiais".

"Antes mesmo que decida livremente sobre medida provisória em exame, o Congresso é apontado como inimigo dos que ganham salário mínimo, pelos legisladores fixados em NCz\$ 120,00. Se existir realmente a alegada inconstitucionalidade, consequência da extensão desta modesta quantia a aposentados e pensionistas, caberá ao Judiciário proclamá-la.